

## DECLARAÇÃO

(Nos termos do Decreto-lei n.º 149/2012, de 12 de Julho)

[A que se refere o artigo 3.º]

**1 → Fernando de Oliveira Heleno**, titular do cartão de cidadão n.º 4072221, residente na Rua dos Lusíadas N.º 13 – 3080 Figueira da Foz e **Albano Jorge de Oliveira Heleno**, titular do cartão de cidadão N.º 6633550, residente em Casal dos Chouriços – Moinhos da Gândara 3080-824 Figueira da Foz, na qualidade de representantes legais de **Helenos, S.A.**, com sede em Travessa da Rua do Viso, n.º 2 Cave Esquerda, 3080-175 Figueira da Foz, contribuinte n.º 502 601 370, titular do Alvará de Construção n.º. 20387 - PUB, contendo as autorizações da 1ª Categoria, 10ª Subcategoria, da Classe 1, da 1ª Categoria, 1ª, 2ª, 4ª, 5ª e 8ª Subcategorias, da Classe 3, da 2ª Categoria, 1ª, 2ª, 8ª, 9ª e 10ª Subcategorias, da Classe 1, da 2ª Categoria, 3ª, 4ª, 7ª Subcategorias da Classe 3, 2ª Categoria, 6ª, 11ª Subcategorias da Classe 4, da 3ª Categoria, 4ª Subcategoria da Classe 1, da 4ª Categoria, 11ª, 12ª, 16ª e 19ª Subcategorias da classe 3, da 4ª Categoria, 8ª, 9ª, 10ª, 13ª e 17ª Subcategorias da classe 4, da 4ª Categoria, 6ª, 7ª e 14ª Subcategorias da classe 6, da 4ª Categoria, 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Subcategorias da classe 8, da 5ª Categoria, 1ª, 2ª, 7ª, 8ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª Subcategorias da classe 3, Empreiteiro Qualificado EDP com o n.º 200013, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **Recuperação do Posto de Transformação da Expocentro - Processo N.º082/AJD/SA/17**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

**2 →** Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

a) Lista de Preços Unitários;

b) Proposta de preço;

c) Memória descritiva e justificativa das características dos bens a fornecer.

**3** → Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

**4** → Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;
- c) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do nº 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do nº 1 do artigo 71.º da Lei nº 19/2012, de 8 de maio, e no nº 1 do artigo 460.º do presente Código;
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do nº 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho;
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a

segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;

i) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes:

- i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
- ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
- iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;

**5 →** O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 → Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 → O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Figueira da Foz, 10 de Janeiro de 2018